

O papel do Enfermeiro à População Trans no acesso aos Serviços de Saúde na Atenção Primária

The role of Nurses to The Trans Population in access to Health Services in Primary Care

El papel de las Enfermeras en el Tratamiento de la Población Transexual en el acceso a Los Servicios de Salud en la Atención Primaria

Recebido: 12/08/2022 | Revisado: 22/08/2022 | Aceito: 24/08/2022 | Publicado: 02/09/2022

Andriane Ribeiro da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5209-1563>
Faculdade Unida de Campinas, Brasil
E-mail: ribeirosilvaandriane98@gmail.com

Denize Pereira Cardoso

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0372-6937>
Faculdade Unida de Campinas, Brasil
E-mail: denize.cardoso13@gmail.com

Felícia Martins Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1188-7391>
Faculdade Unida de Campinas, Brasil
E-mail: feliciamsantos@outlook.com

Lorena Brito Navas

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1395-7023>
Faculdade Unida de Campinas, Brasil
E-mail: lorenabnavas1@gmail.com

Murillo de Sousa Pinto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4899-2670>
Universidade Federal de Goiás, Brasil
E-mail: murillosp13@gmail.com

Aroldo Vieira de Moraes Filho

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2325-1374>
Centro Universitário Alfredo Nasser, Brasil
E-mail: aroldodemoraes@gmail.com

Danielle Perdigo Oliveira e Ribeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8749-6023>
Faculdade Unida de Campinas, Brasil
E-mail: daniperdigaooliveira@gmail.com

Resumo

Objetivo: Objetivou-se analisar o papel do enfermeiro no acesso da população trans aos serviços de saúde na atenção primária. **Método:** Revisão bibliográfica do tipo integrativa, com análise qualitativa da literatura disponível em bibliotecas virtuais. A busca foi feita nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Google Acadêmico, utilizando os descritores: cuidados de Enfermagem, comunidade LBGT, transsexual, atenção básica a saúde e enfermeiro. **Resultados e discussão:** Foram selecionados 9 artigos para comporem o estudo. Ficou evidente que há uma falta de conhecimento acerca da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais dos enfermeiros da atenção básica. O enfermeiro ao realizar seu atendimento deve sempre ser acolhedor, respeitoso, empático e sem julgamento. Cabe ao enfermeiro realizar ações junto a população trans, com informações relativas à promoção da saúde, incluindo os direitos que lhes são garantidos pelo SUS, de forma humanizada e holística, garantindo assim uma assistência digna e com qualidade. **Conclusão:** Os artigos analisados revelaram a situação nacional do papel do enfermeiro à população trans no acesso aos serviços de saúde na atenção primária, e evidenciaram despreparo dos profissionais e serviços de saúde na atenção básica para atuar com essa população e a prática da PNSILGBT.

Palavras-chave: Enfermeiro; Transexualidade; Pessoas LGBTQIA+; Atenção primária a saúde.

Abstract

Objective: The objective was to analyze the role of nurses in the access of trans population at health services in primary care. **Method:** An integrative bibliographic review, with a qualitative analysis of the literature available in virtual libraries. A search was done at Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS) and Google Scholar databases, using the descriptors: Nursing care, LBGT community, transsexual, primary health care and nurse. **Results and discussion:** Nine articles were selected to

compose the study. It was evident that there is a lack of knowledge about the Brazilian National Policy for Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals Health (PNSILGBT) among nurses in primary health care. When performing care, nurses should always be welcoming, respectful, empathetic and non-judgmental. It is up to the nurse to execute actions with the trans population, with information related to health promotion, including the rights guaranteed to them by the national health system (SUS), in a humanized and holistic way, thus ensuring dignified and quality care. *Conclusion:* The articles analyzed revealed the national situation of the role of nurses with trans population in accessing health services in primary care and showed unpreparedness of professionals and health services in primary care to work with this population and the practice of the PNSILGBT.

Keywords: Nurse; Transsexuality; LGBTQIA+ people; Primary health care.

Resumen

Objetivo: Analizar el papel de las enfermeras en el acceso de la población trans a los servicios de salud en atención primaria. *Método:* Revisión bibliográfica de tipo integrador, con análisis cualitativo de la literatura disponible en las bibliotecas virtuales. La búsqueda se realizó en las bases de datos Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Literature on Health Sciences (LILACS) y Google Scholar, utilizando las palabras clave: Nursing care, LBGT community, transsexual, primary health care y nurse. *Resultados y discusión:* Se seleccionaron nueve artículos para componer el estudio. Se evidenció el desconocimiento de la Política Nacional de Salud Integral de Lesbianas, Gays, Bisexuales, Travestis y Transexuales entre las enfermeras de atención primaria. El personal de enfermería debe ser siempre acogedor, respetuoso, empático y sin prejuicios cuando presta sus cuidados. Puede el enfermero realizar acciones junto a la población trans, con información relativa a la promoción de la salud, incluyendo los derechos que les garantiza el SUS, de forma humanizada y holística, garantizando así una asistencia digna y de calidad. *Conclusión:* Los artículos analizados revelan la situación nacional del papel del enfermero a la población trans en el acceso a los servicios de salud en la atención primaria, y evidencian la falta de preparación de los profesionales y servicios de salud en la atención básica para actuar con esta población y la práctica del PNSILGBT.

Palabras clave: Enfermero; Transexualidad; Personas LGBTQIA+; Primeros auxilios.

1. Introdução

A inspiração em desenvolver o presente estudo, surgiu a partir do interesse coletivo do grupo, uma vez que uma integrante do grupo é mulher transexual, e ao longo dos anos convivendo com ela identificamos a necessidade de desenvolver um trabalho científico voltado para Enfermeiros (as), com o intuito de capacitar, orientar e romper tabus desses profissionais acerca do seu papel no atendimento desses pacientes na Atenção Primária a Saúde (APS).

O termo “TRANS” é utilizado para designar uma pessoa que se identifica com gênero e/ou sexo oposto do qual nasceu. Uma mulher trans é aquela que nasceu com órgão reprodutor masculino, mas se identifica como mulher, já o homem trans e uma pessoa que nasceu biologicamente mulher, mas se identifica e se sente como homem. Identidade de gênero é como a pessoa identifica-se ou apresenta-se (podendo ser masculino ou feminino) e pode corresponder ou não ao seu corpo biológico e ainda pode ou não envolver alteração da aparência, por isso aqui encaixam-se os transgêneros. (Abgl, 2010).

Sabe-se que essa parte da população passou, e passa, por incontáveis desafios no cotidiano, pelo fato da sociedade ainda ser resistente no que diz respeito a multidiversidade do ser humano (Depret et al., 2020). Pensando nisso, para minimizar a opressão e exclusão, surge a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), instituído pela portaria nº 2.836 de 1 de dezembro de 2011. Essa portaria tem como objetivo promover a saúde integral da população LGBT, eliminando a discriminação e preconceito institucional e contribuir para a redução das desigualdades e para que tenha a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) como sistema universal, integral e equitativo (Brasil, 2011). A sigla foi atualizada recentemente com os termos *queer*, intersexo, assexual e pansexual, e passou-se à denominação LGBTQIA+.

No SUS a porta de entrada é a Atenção Primária à Saúde (APS), as unidades inclusas nessa esfera servem de primeiro contato da população aos serviços de saúde, e devem coordenar o fluxo dos usuários entre os níveis de atenção. Os profissionais inseridos nesse cenário, destacando-se o enfermeiro em que, realizam atividades assistenciais e de planejamento, supervisão e organização da equipe de saúde, desenvolvimento e implementação de atividades de educação em saúde e ações

para resolução de problemas, estratégias de cuidado, o atendimento ao indivíduo, família e comunidade, buscando assim a efetivação das políticas públicas e a equidade de acesso (Pereira; Chazan, 2019).

Deve haver transformações no modo de pensar e de agir dos profissionais de saúde para que ocorra a inclusão da população LGBTQIA+ no cuidado à saúde. Estes indivíduos devem ter atendimento humanizado, livre de discriminação, desde o manuseio em que são acolhidos, até execução de seu plano de cuidado. Seus direitos à privacidade, à autonomia e ao livre desenvolvimento de sua personalidade devem ser respeitados, independente de orientação sexual ou identidade de gênero. O aumento da visibilidade da população LGBTQIA+ e a criação de políticas públicas para essa parcela da população incita a importância de debater esse tema na comunidade de profissionais atuantes na atenção à saúde, em especial a APS, para que seja possível trabalhar de forma integral e humanizada no SUS (Borges; Passos, 2021).

Nesse cenário os profissionais enfermeiros, atuam como porta de entrada na atenção primária, uma vez que, além de executar atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde, precisam estar preparados para exercer um atendimento de qualidade e acima de tudo ético, respeitando a diversidade, gênero e toda e qualquer outras características (Ramos et al., 2020). Com isso, indagou-se: qual o papel do enfermeiro à população trans no acesso aos serviços de saúde na atenção primária?

Sabe-se que a população trans necessita de um atendimento de saúde mais específico e demanda um serviço que tenha interseção multiprofissional, como: atendimento médico de diversas especialidades, uso de terapias hormonais, atenção à saúde mental, cirurgias etc. (Pereira; Chazan, 2019). Apesar dos avanços ainda há falta de conhecimento dos profissionais enfermeiros, acerca do assunto em questão. Esse estudo se faz relevante pois evidencia a necessidade de que os enfermeiros da APS sejam preparados na ampliação de seus conhecimentos para que possam ofertar um cuidado humanizado e empático à população trans, viabilizando a acessibilidades desses na Rede de Atenção à Saúde (RAS).

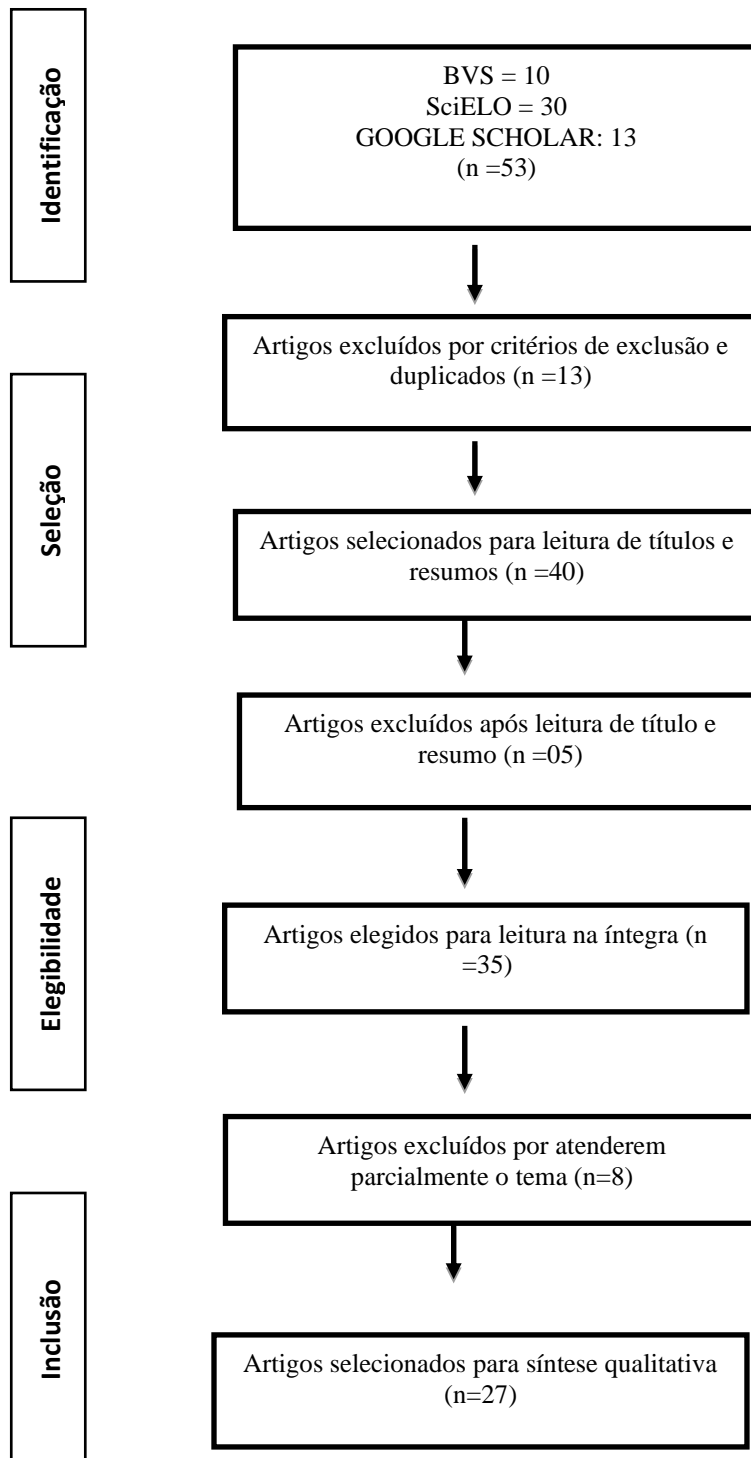
Dessa forma, objetivou-se analisar o papel do enfermeiro no acesso da população trans aos serviços de saúde na atenção primária.

2. Metodologia

Para responder aos objetivos propostos foi realizada uma revisão de literatura, desenvolvida através da investigação estruturada de dados bibliográficos. Para ser caracterizada como tal seguiu as etapas necessárias para a revisão, conforme descritas por Mendes, et al., (2008): (a) identificação da hipótese e da pergunta de pesquisa; (b) seleção da amostra e busca na literatura seguindo os critérios pré-estabelecidos; (c) categorização dos estudos; (d) avaliação e interpretação dos resultados e (e) apresentação da revisão integrativa.

A pesquisa foi baseada nas recomendações metodológicas *Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses* – PRISMA (Moher et al., 2009), utilizando as etapas sugeridas do método no fluxograma disposto na Figura 1.

Figura 1 - Processo de seleção da amostra do estudo.



Fonte: Autores (2022).

Para encontrar os artigos condizentes com a pesquisa foram feitas consultas nas plataformas de pesquisas Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google scholar, usando os seguintes descritores: cuidados de Enfermagem, comunidade LGBT, transsexual, atenção básica a saúde e enfermeiro. Sendo assim, os critérios de inclusão foram: artigos disponíveis na íntegra, publicados nos períodos de 2012 a 2022, em português. Os critérios de exclusão

foram, estudos publicados em língua estrangeira, com mais de 10 anos de publicação, artigos pagos ou sem acesso público, teses e dissertações. A pesquisa foi realizada nos meses de março e abril de 2022.

A fase final consistiu em análise de inclusão dos artigos e a redação da discussão do estudo. De tal modo que após a determinação do acervo bibliográfico, fez-se uma análise primária através de leitura exploratória para definir os textos mais detalhados e condizentes com o tema.

Em seguida, todos os artigos e textos foram lidos de maneira aprofundada, para chegar a informações específicas e mais pertinentes ao tema.

3. Resultados e Discussão

Após a avaliação sistemática e a verificação dos principais títulos e textos que se encaixavam no perfil do estudo, para responder à pergunta norteadora, foi produzido o Quadro 1 contendo o indicativo para contribuir em futuras pesquisas sobre a temática.

Quadro 1 – Características e identificação dos artigos selecionados.

Título	Autor	Periódico/ Data	Base de dados	Principais achados
Cuidar de pessoas transexuais na ótica dos residentes de enfermagem	De Almeida, J.S.M. et al.	Revista Enfermagem UERJ, 2018.	BVS	Duas categorias foram elencadas: a formação do enfermeiro e o cuidar de pessoas transexuais e o processo do cuidar de enfermagem na perspectiva do residente. Os achados denotam a necessidade da inserção de discussões e abordagens sobre a temática no processo formador dos profissionais de enfermagem e no cuidar desses clientes.
Assistência de enfermagem na atenção básica a população homossexual da cidade de Caicó-RN.	Da Silva, D.D. et al.	Temas em saúde, 2018.	Google scholar	Ficou evidenciado que os enfermeiros têm pouca ou nenhuma compreensão do que é a diversidade sexual, conseguem conceituar a homofobia, não conhece ou pouco sabe a respeito da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, a assistência ainda é pautada no modelo curativista vestígios da epidemia de AIDS. Os profissionais têm pouca ou nenhuma aproximação com a assistência do LGBT, compreendem que o acolhimento é importante e deve ser embasado no respeito, porém não especificam como seria feito esse.
Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional.	Rosa, D.F. et al	Revista Brasileira de Enfermagem, 2019.	SciELO	Foram encontrados 11 artigos, predominantemente norte-americanos, categorizados: Fragilidades na assistência às pessoas trans; II- Saúde da população trans: demandas gerais e específicas; III- Políticas públicas de saúde às pessoas trans. Pessoas trans não têm encontrado respostas às suas demandas de saúde, são vítimas de preconceitos e violências nos serviços e procuram atendimento em casos extremos de adoecimento.
Conhecimento de profissionais de enfermagem acerca da assistência à saúde dos transexuais.	Fernandes, M.C.L. et al.	Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança, 2019.	Google Scholar	A maioria dos profissionais de saúde têm algum conhecimento sobre a assistência à saúde dos transexuais. Porém, se faz necessária uma adequação das práticas em saúde, ofertadas pelos serviços, com atuação de profissionais qualificados e informados sobre a cultura heteronormativa, buscando garantir o acesso integral e o cuidado à saúde sem preconceito e discriminação.
Saúde LGBT na Atenção Básica: enfermeiros frente ao cuidado integral desse público Serratalhadense	De Sá, S.F.; Barros, A.F.S.	Revista Multidisciplinar do Sertão, 2019.	Google Scholar	A população LGBT vem tendo seu direito violado, a equidade em detrimento das suas especificidades negada e sua assistência à saúde comprometida, devido ao não reconhecimento, por parte dos profissionais de enfermagem, dessa população como seres estigmatizados, marginalizados e invisibiliza dos socialmente; A assistência à saúde de LGBT por enfermeiros, ainda é deficiente quanto à abordagem do cuidado
Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e a inserção da Enfermagem.	Santos, J.S.; Silva, R.N.; Ferreira, M.A.	Escola Anna Nery, 2019.	SciELO	População LGBTI+ é composta por populações que se definem pela diversidade de identidade e de expressão de gênero, orientação sexual e sexo biológico. Nas equipes de Saúde da Família, as enfermeiras devem conhecer as principais demandas dessa população. A reorientação institucional da APS impõe novos desafios à efetivação do direito à saúde da população LGBTI+.

A perspectiva do enfermeiro no cuidado diante da pessoa trans.	Duarte, D.D. et al.	Research, Society and Development, 2020	Google Scholar	Não há preparo destinado para melhor assistir a população Trans na formação do enfermeiro, nota-se também a pouca produção científica acerca desse cuidado, além de pouca promoção da Política Nacional de Saúde Integral LGBT na formação desse profissional.
O Enfermeiro na Promoção da Construção do Gênero da População Transexual na Atenção Básica.	Da Luz, R.D. et al.	Epitaya E-books, 2021	Google Scholar	Os 9 artigos incluídos nesta revisão, e os achados identificados no formulário pesquisa de opinião sem acesso a identidade, registrando apenas informações, apontou que as informações relacionadas a identidade de gênero não são possíveis ainda de ofertar uma assistência de qualidade focada em ações para o enfrentamento da discriminação, em todos os níveis de gestão do SUS
Abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade no sistema único de saúde	Ramos, A.L.B.M. et al.	Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2021	Google Scholar	Foram incluídos 21 artigos, publicados entre 2017 e 2021, que retrataram temas como a transfobia nos espaços em saúde, patologização das vivências transexuais, ausência de políticas efetivas na atenção primária voltada para o público transexual, falta de recursos nas redes de saúde destinados às necessidades do público transexual, necessidade de formação dos trabalhadores da saúde no contexto das vivências transexuais, importância do cuidado, acolhimento, atendimento especializado e cuidado multiprofissional à população transexual e necessidade de inclusão de conteúdos e estratégias pedagógicas acerca das políticas públicas destinadas ao público LGBTQIA+ nas escolas médicas ou nos próprios serviços de saúde.

Fonte: Autores (2022).

Conforme disposto no Quadro 1 os artigos selecionados para compor a discussão, datam de 2018 a 2021, sendo o ano de 2019 o ano com maior número de publicações, representando (n=4; 44%). Sendo os demais anos (n=2; 22%) no ano de 2018, (n=1; 11%) em 2020, (n=2; 22%) e em 2021.

Quanto aos periódicos selecionados, (n= 1; 11,11%) Revista Enfermagem UERJ; (n= 1; 11,11%) Temas em saúde; (n= 1; 11,11%) Revista Brasileira de Enfermagem; (n= 1; 11,11%) Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança; (n= 1; 11,11%) Revista Multidisciplinar do Sertão; (n= 1; 11,11%) Escola Anna Nery; (n= 1; 11,11%) Research, Society and Development; (n= 1; 11,11%) Epitaya E-books; (n= 1; 11,11%) Revista Eletrônica Acervo Saúde.

Dessa forma, foi realizada uma leitura analítica dos artigos selecionados que possibilitou a organização dos temas abordados e a sintetização dos achados de cada estudo, que apontou à caracterização das idéias essenciais para a solução do problema da pesquisa. O quadro 1 disponibiliza os principais resultados de cada estudo.

Em relação ao tipo de método utilizado, predominou-se os estudos de revisão, integrativa e narrativa (n=5; 55%). Os demais estudos encontrados incluem estudos descritivos exploratórios (n=3; 33%) e prospectivos (n=1; 11%).

Após a avaliação dos estudos, a discussão acerca da pergunta norteadora do presente trabalho, inicia-se com o conceito de Transexualidade, que de acordo com Brasil (1988); Brasil (2016) e Silva et al. (2018) é um termo abrangente usado para descrever pessoas cuja identidade ou expressão de gênero não está de acordo com o que normalmente está associado ao sexo com o qual nasceram ou ao qual foram designados no nascimento.

Considerando o presente conceito, é imperioso destacar que atender a todos sem discriminação é um dos princípios doutrinários do SUS e está garantido na Constituição Federal de 1988. Destaca-se aqui, a carta magna, que também especifica que os direitos sociais devem ser acolhidos sem que haja qualquer tipo discriminação, apresentando a diversidade sexual como um valor social.

Sob a luz do tema, De Sá e Barros (2019) em estudo realizado sobre a temática, afirmam que os conceitos apresentados pelos enfermeiros de UBS acerca da PNSILGBT são limitados, bem como, constata que a maioria das enfermeiras não sabem ou não tiveram segurança, para falar sobre a referida política e seus verdadeiros propósitos.

Nessa perspectiva, Duarte et al. (2020) enfatizam que é direito da população trans o acesso à saúde digna, e à formulação de políticas públicas de saúde no SUS, para que possam intervir na superação deste tipo marginalização, marcada pela opressão dentro dos serviços de saúde. Para os autores mais implementação das políticas públicas existentes se faz necessária, além de ser coesa com os princípios e diretrizes do SUS.

Entretanto, em estudo realizado por Fernandes et al. (2019) constatou-se que 60% dos entrevistados (enfermeiros) não tinham conhecimento das políticas públicas voltadas para a população LGBT.

O que para Silva et al. (2018) ficou claro sobre a falta de conhecimento acerca da PNSILGBT, por meio dos relatos dos profissionais participantes do estudo, complementando, há indícios de desinteresse, por parte dos profissionais de saúde que participaram do estudo, em buscar conhecimento e informação para se aprofundar no tema, e reconhecer a legitimidade dos direitos da saúde dos indivíduos trans. Para os autores os fatos históricos mostram o quanto a comunidade LGBT é excluídas do campo da cidadania, fato evidenciado pelo estudo em questão.

Em contrapartida, um estudo conduzido por Ziegler et al. (2020) a fala de enfermeiras na atenção básica, relatam sobre o entendimento da importância do seu papel no apoio em relação a acessibilidade ao atendimento de saúde a pacientes trans. Para a maioria das enfermeiras do estudo um dos papéis principais é o acolhimento, possibilitando a ajuda as pessoas trans na acessibilidade ao SUS, conforme as suas necessidades.

Considerando o outro lado da questão, o paciente Trans, em estudo de Santos, et al., (2019) afirmam que um em cada cinco pessoas LGBTI+ não revela sua orientação sexual para o profissional de saúde durante o atendimento, além de evitar a procura por atendimento de saúde mesmo quando doentes, decorrente da dificuldade de acolhimento, e até mesmo situações de negação de atendimento ao público LGBTI+.

Fato reforçado por Rosa et al. (2019) destacando que o número de pessoas trans que evita a utilização do serviço público de saúde é alto, decorrente de relatos de humilhação e mal tratos nesses locais, o que resulta na preferência aos serviços privados, onde podem exigir melhor atendimento por estarem pagando diretamente pela realização dos procedimentos desejados, o que não é viável, financeiramente, à maioria da população, que prefere não procurar os serviços de saúde, mesmo quando necessário.

Nessa fenda, vale ressaltar que o Ministério da Saúde (2016) garante às mulheres transexuais, às travestis e aos homens trans o direito à saúde integral, humanizada e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), tanto na rede de atenção básica como nos serviços especializados, entretanto, a realidade é avessa ao que é preconizado, sendo necessário a ampliação do acesso a essa população aos serviços de saúde do SUS rompendo as barreiras da discriminação decorrente da orientação sexual e identidade de gênero.

Para que tal ação seja alcançada, é necessário que capacitações voltadas aos profissionais de saúde, acerca do tema em questão, sejam implementadas, de forma enérgica, para que a falta de conhecimento cesse, e dê lugar ao esclarecimento e consequente ajuste nessa lacuna injustificável e avessa aos princípios e diretrizes do SUS, assim como, Santos, et al., (2019) complementam que essa falta de conhecimento, por parte dos profissionais de saúde, poderia ser mitigada, por meio da inclusão do assunto, nos conteúdos curriculares das graduações e cursos técnicos de enfermagem, o que para os autores, é sem dúvida, a ação mais assertiva, uma vez que o preparo durante a graduação, resultaria em profissionais, previamente capacitados para lidar com o assunto.

Outra vertente, que não faz parte da questão norteadora, mas que foi observado durante a construção do presente estudo, se dá no processo de transexualização, destaque por Da Luz et al. (2021) que identificaram que 77,8% dos serviços de saúde não orientam ou encaminham satisfatoriamente pacientes trans aos serviços especializados em Processo Transexualizador.

Nesse contexto, ressalta-se, que cabe ao enfermeiro antes mesmo de praticar ações junto as pessoas trans, munirem-se

de informações acerca do tema, e replicarem aos demais integrantes da equipe de saúde, para que a promoção da saúde, conforme os direitos que lhe cabem dentro do SUS, sejam atendidas, de forma humanizada e holística, garantindo assim uma assistência digna e de qualidade, considerando que as ações fundamentais executadas na atenção básica objetivando a integralidade da saúde de forma efetiva e de qualidade garantem, de fato que a Atenção Básica, seja a porta de entrada do SUS (Lovison et al., 2019).

3.1 Conceitos

Muitos termos são usados para se referir a pessoas cujo gênero é diferente do sexo atribuído no nascimento. Há controvérsias políticas e acadêmicas defendendo e que justificam o uso de nomenclaturas díspares. Dessa forma, vários autores que abordam o tema estão cientes de que a escolha de qualquer termo tem o potencial de afetar inadvertidamente a compreensão dos direitos e os cuidados prestados à essa população (SMS/SP, 2020).

Gênero é um aspecto que existe em ambientes comunitários, construído socialmente a partir de percepções de diferenças físicas, símbolos e significados. Ser mulher ou homem é diferente em cada sociedade e tem sido diferente ao longo da história. Destarte, a compreensão e a percepção de gênero dos indivíduos podem variar de acordo com a experiência e o contexto social. Os profissionais de saúde têm a responsabilidade de acolher essas percepções e respeitá-las em um ambiente seguro, sem justificativa ou julgamento (Monteiro; et al., 2019).

Conforme descrito por Jesus (2012), a identidade de gênero de uma pessoa é auto determinada por suas próprias referências, independentemente do gênero atribuído no nascimento - imposto pela correlação natural entre o órgão sexual e as expectativas da sociedade sobre a pessoa, resultando em expectativas que podem representar um peso ao longo da vida, mas que não necessariamente reflitam a sua vivência.

Uma pessoa cisgênero reconhece o sexo atribuído no nascimento. Um exemplo simples: Ao nascer e identificar um pênis, o gênero "homem" é designado. Essa pessoa foi então registrada como "sexo masculino", e a pessoa é "homem". A maioria das pessoas cisgênero não passa pelo processo de questionar seu gênero designado ao nascer (SMS/SP, 2020).

A literatura científica utiliza o termo "transgênero" ("trans") para se referir à identidade de gênero daqueles que não se identificam com o gênero atribuído ao nascer, utilizando o termo como um "conceito guarda-chuva" - do qual existem muitas identidades diferentes. O movimento LGBTI brasileiro tem identidades definidas pela letra "T", os termos "travestis", "mulheres transexuais" e "homens trans" referindo-se a esse grupo em documentos oficiais. Contudo, os movimentos sociais muitas vezes também usam outros termos e nomenclaturas (SMS/SP, 2020).

Nos anos 90 a sigla GLS, representando gays, lésbicas e simpatizantes, foi difundida e popularizada. Ao longo dos anos a sigla foi sendo atualizada e incorporou várias letras expressando a representatividade de diferentes grupos. Atualmente a sigla LGBTQIA+ tem outros termos que não entram com as iniciais nesta sigla, mas não deixam de ser contemplados no +. O Quadro 2 foi elaborado para definir cada sigla.

Quadro 2 – Definição de siglas LGBTQIA+ de acordo com Manual de Comunicação LGBTI+, 2018.

Sigla	Termo	Definição
L	Lésbicas	Mulheres que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outras mulheres.
G	Gays	Homens que sentem atração afetiva/sexual pelo mesmo gênero, ou seja, outros homens.
B	Bissexuais	Homens e mulheres que sentem atração afetivo/sexual pelos gêneros masculino e feminino. Vale ressaltar que a bissexualidade não tem relação direta com poligamia, promiscuidade, infidelidade ou comportamento sexual inseguro. Esses comportamentos podem ser tidos por quaisquer pessoas, de quaisquer orientações sexuais
T	Transgênero	Diferentemente das letras anteriores, o T não se refere a uma orientação sexual, mas a identidades de gênero. Também chamadas de “pessoas trans”, elas podem ser transgênero (homem ou mulher), travesti (identidade feminina) ou pessoa não-binária, que se compreende além da divisão “homem e mulher”.
Q	Queer	Um adjetivo utilizado por algumas pessoas, em especial pessoas mais jovens, cuja orientação sexual não é exclusivamente heterossexual. De modo geral, para as pessoas que se identificam como queer, os termos: lésbica, gay, e bissexual, são percebidos como rótulos que restringem amplitude e a vivência da sexualidade.
I	Intersexo	A pessoa intersexo está entre o feminino e o masculino. As suas combinações biológicas e desenvolvimento corporal – cromossomos, genitais, hormônios etc.– não se enquadram na norma binária (masculino ou feminino).
A	Assexual	Assexuais não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero
+	+	Inclue outras identidades de gênero e orientações sexuais que não se encaixam no padrão cis-heteronormativo, mas que não aparecem em destaque antes do símbolo.

Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de ABGLT (2018).

Uma resposta completa e de maneira mais simples para definir uma pessoa trans é: Uma mulher trans é aquela que firma ser uma mulher. Um homem trans é a pessoa que afirma ser identificada como homem. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, o que determina a transexualidade da pessoa é como essa pessoa se identifica, e não uma cirurgia ou terapia hormonal. Como exemplo, muitas pessoas que se consideram travestis poderiam teoricamente ser transexuais (Jesus, 2012).

O termo transgênero é um termo genérico usado para descrever uma pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no nascimento. É preciso evitar usar o termo isoladamente, pois soa ofensivo às pessoas trans porque é uma de suas características, não a única. A pessoa deve sempre ser chamada de mulher trans ou homem trans, dependendo do gênero com o qual se identifica (Jesus, 2012).

Devido a intolerância à identidade de gênero e/ou a orientação sexual, travestis, homens e mulheres trans são quem mais sofrem com a discriminação, o preconceito e o estigma, vivenciados pela população LGBTQIA+. Essa intolerância acarreta graves implicações no âmbito da violação de direitos (Cruvinel et al., 2021). Ainda não há censo ou estudos publicados sobre o número real de pessoas transexuais e travestis no Brasil, mas pesquisas realizadas em outras populações mundiais concluíram que essas pessoas correspondem a 0,5% a 1,3% da população geral (SMS/SP, 2020).

3.2 Políticas Públicas para a População LGBTQIA+

Políticas públicas são criadas a partir de demandas sociais, no Brasil, pode-se dizer que o movimento LGBT organizado politicamente tem seu início na década de 1970, com vistas a lutar pela igualdade de direitos e o combate à discriminação (CRP/SP, 2011).

As políticas públicas representam um conjunto de ações solicitadas pela população e desenvolvidas pelo governo, com o objetivo de intervir em determinados problemas. Nesse sentido, o Programa Brasil Livre de Homofobia pode ser considerado a primeira iniciativa em nível nacional. Criada em 2004, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e combater a violência e discriminação “homofóbicas” (Brasil, 2004). Desde então, o termo “homofobia” tem sido muito discutido. Tal termo é incapaz de representar as especificidades das violências que acometem pessoas de diferentes orientações sexuais e identidades de gênero.

Quatro anos depois do Programa Brasil Sem Homofobia, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais – GLBT, tendo como tema os direitos humanos e as políticas públicas para garantir a cidadania GLBT (Brasil, 2008).

O evento teve como um dos resultados, a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, um avanço no combate à intolerância e a busca pela garantia dos direitos dessa população (Brasil, 2009). No ano de 2012 é elaborada a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), representando o reconhecimento das demandas dessa população no âmbito da saúde pública (Brasil, 2013).

Em 2017, a Resolução n. 26 propõe o segundo Plano Operativo da PNSILGBT e tem como base o acesso da população LGBT à atenção integral à saúde; promoção e vigilância; articulação e controle sociais; educação permanente e mobilização popular; e monitoramento e avaliação das ações direcionadas a população LGBT. As necessidades de saúde dessa população ainda são desconhecidas por grande parte dos profissionais de saúde (Pereira; Chazan, 2019).

O Brasil reconhece a universalidade dos direitos sexuais, no Cadernos de Atenção Básica: Saúde Sexual e Saúde Reprodutiva (Brasil, 2010). Portanto, é necessário propor políticas públicas que se adaptem às especificidades dos diversos grupos da população. O Caderno também aponta que a diversidade sexual faz com que as situações de saúde difiram entre sujeitos de uma mesma sociedade.

É dever e obrigação do Estado desenvolver e implementar programas de combate a toda forma de discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, pois as dinâmicas discriminatórias causam prejuízos à saúde daqueles que são discriminados. Além disso, também é dever do governo promover educação sobre saúde sexual e sobre as preferências referentes à vivência da sexualidade, tendo como foco o consentimento (Reis, 2018).

3.3 Sistema Único de Saúde (SUS)

A saúde constitui um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sendo responsabilidade dos Governos adotar medidas sanitárias e sociais adequadas para promover e garantir a saúde de seu povo (OMS, 2005).

A Constituição Federal declara que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (Brasil, 1988). Embora o objetivo declarado no artigo 196 da Constituição Federal seja promover políticas públicas de prevenção e combate às doenças, percebe-se que nem sempre a saúde está disponível e acessível a todos.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado por meio da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/90 e 1.142/90. Desde então a Constituição Federal estabeleceu a saúde como direito fundamental do cidadão brasileiro. Os princípios regentes do SUS são a universalidade do acesso, a integralidade da assistência, a equidade, a descentralização da gestão e a participação da comunidade (Brasil, 1988).

De acordo com o Ministério da Saúde o SUS não é considerado apenas como assistência médico-hospitalar, “é uma política de Estado que amplia os direitos sociais e busca assegurar a cidadania” (Brasil, 2011, p. 3). Essa esfera do governo desenvolve ações de prevenção, vacinação, controle de doenças, vigilância sanitária, além de regulamentar “o registro de

medicamentos, insumos e equipamentos, controla a qualidade dos alimentos e sua manipulação. Normaliza serviços e define padrões para garantir maior proteção à saúde” (Brasil, 2011, p. 9).

Dessa forma, o Decreto nº 7.508/2011 que regula a Lei nº 8.080/90, objetiva:

“Organizar o SUS regionalmente para conformação de uma Rede de Atenção à Saúde visando à integralidade da assistência e a equidade; garantir à população o direito à saúde, com acesso resolutivo e de qualidade e em tempo oportuno; definir claramente as responsabilidades sanitárias entre os entes federativos; garantir maior segurança jurídica, transparência e resultados efetivos (gestão por resultados); Maior comprometimento dos chefes do Poder Executivo” (Brasil, 2011, p.1).

3.4 Redes de Atenção à Saúde

Para garantir o direito à saúde e cumprir seus princípios e diretrizes, o SUS está organizado em Redes de Atenção à Saúde (RAS). Segundo as Diretrizes para a Organização das Redes de Atenção à Saúde do SUS (2010) fica definida como: "Organização da ação e arranjos da saúde serviços de diferentes densidades técnicas, por meio da integração técnica, logística e de sistemas de apoio e se esforçam para garantir a integridade do atendimento". Seu objetivo é promover ações e serviços de saúde de qualidade, sustentáveis, integrais, responsáveis e humanizados.

3.5 Atenção Básica - AB

É fato que a Atenção Básica (AB) se fortaleceu, após a constituição do SUS, se tornando ordenadora do sistema do cuidado em rede. Faz parte da integração e coordenação do cuidado, determinando o fluxo do cidadão em todos os níveis de atenção, organizando e racionalizando o uso de todos os recursos. Dentre os atributos da Atenção Básica estão o primeiro contato do paciente a longitudinalidade, a integralidade, a coordenação do cuidado, a centralização na família, a competência cultural e a orientação comunitária (Brasil, 2012).

Entende-se assim, que a AB tem a finalidade de resolver problemas em saúde de uma determinada população, conciliando ações de assistência, prevenção e promoção de saúde, além de coordenar a atenção prestada nos demais níveis do sistema. Para tanto, esta atenção primária precisa ser forte e efetiva tendo em vista obter resultados satisfatórios em suas ações e, conseqüentemente, atender às novas demandas da população, além de aprimorar o desempenho e a sustentabilidade dos sistemas de saúde (Dolton; Pathania, 2016).

Quando a AB não consegue solucionar algum caso, este deve ser encaminhado à atenção secundária ou terciária, cabendo à AB estabelecer vínculo com o paciente e o encaminhar para o atendimento na rede (Giovanela, 2018).

Dessa maneira, com a AB é possível a resolução de grande parcela das necessidades de saúde e caso não consiga resolutividades, esse serviço encaminha os usuários para outros níveis de atenção dentro da RAS. Assim a AB funciona como a principal porta de entrada e o centro articulador do acesso dos usuários ao SUS e às RAS, orientada pelos princípios da acessibilidade, integralidade, continuidade, vínculo e coordenação do cuidado (SES/RS, 2021).

Com objetivo de analisar as práticas de enfermagem na garantia da segurança do paciente uma revisão de literatura desenvolvida por Costa et al. (2022) diz que foi perceptível que a enfermagem possui papel de alta relevância relacionado a segurança do paciente na atenção básica, ressaltando que esta temática ainda é um desafio e que esta pode ser implementada apenas com a adesão de toda a equipe de atenção a saúde.

3.6 O Enfermeiro como Articulador no Cuidado Integral do Paciente LGBT na Atenção Primária

Devido a falta de atendimentos adequados a população LGBT resistema buscar suporte qualificado em serviços de saúde. Entre as reclamações da parcela dessa população, encontra-se a heterocissexualidade assumida. Dessa forma, a relação entre usuário e profissional fica prejudicada, e outros formas de prejuízos são causados ao cidadão. Destaca-se a inferioridade

de comunicação, fator esse diretamente interligado ao desligamento de questões relacionadas à sexualidade, à promoção e à prevenção em saúde (Melo et al., 2020).

Para atender de forma humanizada a população trans alguns protocolos são instituídos. O Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo orienta os enfermeiros a acolher a demanda que a pessoa traz, seja ela pertinente à transexualidade ou não. O plano de cuidado sempre deve ter como foco central a pessoa atendida. Deste modo, suas percepções, necessidades e desejos devem ser compreendidos e a construção do plano terapêutico precisa ser compartilhada com essa pessoa, levando em consideração também os cuidados gerais em saúde (SMS/SP, 2020).

É necessário oferecer à pessoa os cuidados específicos em relação à transexualidade, que incluem avaliação das vulnerabilidades individuais. O profissional atuante em AB atendendo uma pessoa trans deve ter em mente que nem todos vivenciam as mesmas situações. Se faz imperativo explicações das disponibilidades do serviço local e do serviço de referência (Popadiuk et al., 2017). O acolhimento ao ser realizado por enfermeira deve acolher as demandas trazidas pela pessoa, mas também deve-se aproveitar a oportunidade para oferecer cuidados gerais e específicos de saúde, tais como: testes rápidos ou sorologias convencionais de IST/HIV/Aids, atualização do cartão de vacina, transformações corporais seguras caso sejam planejadas pela pessoa, informações sobre o processo transexualizador (SMS/SP, 2020).

No acolhimento também há a oportunidade de observar a vulnerabilidade social à qual pessoas transexuais e travestis estão sujeitas, pois este é um fator de risco para sofrimentos e adoecimentos mentais. Para qual, pode-se oferecer plano terapêutico em saúde mental, de maneira a oferecer agendamento com psicóloga de referência da unidade de AB. Os cuidados em saúde mental são responsabilidade de todas as profissionais de saúde e não precisam ser realizados exclusivamente por psiquiatras e psicólogas (Cruvinel et al., 2021).

O enfermeiro por ter mais contato com os pacientes da AB deve estar capacitado para acolher a população transexual de maneira holística, levando em consideração a saúde mental, devido ser um aspecto essencial para o bem-estar geral de qualquer ser humano. Pessoas trans sofrem muitas restrições, carências e violações de direitos humanos e são frequentemente expostas a diversos tipos de violências, tanto em contextos públicos quanto privados (Popadiuk et al., 2017). Estigmas, discriminações e transfobias vulnerabilizam ao sofrimento psíquico, podendo causar: dependência de cigarro, álcool e outras drogas ilícitas, depressão, transtornos psicológicos, ideação e tentativas de suicídio (Santana et al., 2020).

Em qualquer situação, o enfermeiro ao realizar seu atendimento deve sempre ser acolhedor, respeitoso, empático e sem julgamento. Para que, dessa forma, a pessoa se sinta confortável para expressar de forma livre e associativa suas demandas, problemas e dúvidas. Sempre que oportuno, informações sobre o uso de hormônios e procedimentos cirúrgicos podem ser discutidas, explorando as expectativas sobre transformações corporais e a compreensão sobre os prós e contras do processo transexualizador. A profissional deve reconhecer e legitimar a autodeterminação das pessoas transexuais e travestis em relação à identidade de gênero (Rocon et al., 2016).

Na assistência integral faz-se necessário, para não menosprezar e ignorar questões próprias à população trans, atentar-se aos aspectos sociais, econômicos, de preconceito, marginalização social, violência, evasão escolar, desemprego, perda de laços familiares, dentre muitos outros que compõem as vidas dessa parcela da população. Com essas informações é possível compreender as dificuldades que as pessoas trans enfrentam para alcançarem os recursos para modificações de seus corpos, são dificuldades que extrapolam as de homens e mulheres cisgêneros (Rocon et al., 2016). Segundo Rocon e Santos (2018) em sua pesquisa evidenciou que as dificuldades financeiras determinam os limites e as possibilidades dos investimentos feitos às modificações corporais entre as travestis.

Rocon et al. (2016) em seu estudo relata as dificuldades para conseguir um acolhimento efetivo ofertado pelo SUS. Muitas entrevistadas, com motivações variadas e necessidades diversas de transformação do corpo, causadas por distintos determinantes sociais, correrem risco de adoecimento e morte por recorrerem ao uso de hormônios sem acompanhamento de

profissionais de saúde e às aplicações de silicone industrial. Para os autores: “Desejo, sonho, necessidade e sobrevivência se misturam na empreitada de modelar o corpo sob riscos”.

4. Conclusão

Os artigos analisados nesta revisão da literatura revelaram a situação nacional do papel do enfermeiro, especificamente à população trans no acesso aos serviços de saúde na atenção primária, e evidenciaram despreparo do profissional em questão, assim como de demais profissionais da saúde para atuarem com essa população conhecendo e respeitando a prática da PNSILGBT.

Contudo, não foi identificado resistência cultural por parte dos enfermeiros atuantes em serviços de saúde da atenção básica, a essa população, e sim o desconhecimento, ou déficit do conhecimento sobre o assunto, que seria minimizado por meio da capacitação do profissional em questão, multiplicando para os demais membros da equipe, por meio da educação permanente, de forma a esclarecer as lacunas existentes dentro da equipe de saúde, resultando na melhoria do acesso à saúde dessa população, garantindo que a atenção básica seja, de fato, um espaço seguro, permitindo que pessoas trans tenham acesso a serviços de saúde inclusivos e acessíveis.

Vale destacar que, embora o foco deste estudo tenha sido a atenção básica, deve-se lembrar da importância da assistência do profissional enfermeiro em outros níveis de atenção, com foco no desenvolvimento da capacidade de prestação de cuidados de saúde, aos indivíduos transsexuais.

Nesse interim, vale complementar sobre a falta de pesquisas sobre o papel do enfermeiro atuante em atenção básica frente a população transexuais, o que denota a importância de novas pesquisas, acerca do tema em questão.

Após todas as análises entende-se como necessário mais pesquisas com metodologias e amostragem mais abrangente sobre essa temática. Sugere-se, portanto, pesquisas interventivas/educacionais no intuito de melhor compreender e aplicar os conceitos até então descritos principalmente relacionados ao cuidado e segurança.

Referências

- Brasil. (2022). Secretaria Estadual de Saúde – Rio Grande do Sul. Atenção Básica ou Primária - Principal porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS) <https://saude.rs.gov.br/atencao-basica-ou-primaria-principal-porta-de-entrada-para-o-sistema-unico-de-saude-sus>
- Brasília: Ministério da Saúde. (2007). Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/LGBT/texto_base_1_lgbt.pdf
- Caldas, G. R. F., Coelho, A. C. V. D., de Oliveira, I. L., do Amparo Delfino, M. L., Cavalcanti, A. H., de Fátima Gomes, S., & Leal, L. R. S. (2022). Sexualidade do público LGBTQIA+ e a consulta multiprofissional:(des) evolução? *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (1), e45211125074-e45211125074.
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação. (2004). Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf
- Costa, F. D. A. V., Coelho, A. S. C., Nepomuceno, A. F., da Costa Bandeira, R. T., dos Santos Silva, J., Queiroz, K. F. P., & de Lima Fontes, F. L. (2022). Segurança do paciente e práticas de enfermagem na garantia de uma assistência à saúde cuidada. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (10), e527111033052-e527111033052.
- Cruvinel, C., da Silva Lemos, D., de Mello, V. H. E., Monteiro, J. C., & Orfão, N. H. (2021). População transgênero e de gênero diverso: o acesso aos serviços de saúde no Brasil. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (10), e439101019069-e439101019069.
- da Costa Borges, M., & Passos, M. A. N. (2021). A Importância Do Atendimento Humanizado Da Equipe De Enfermagem No Cuidado De Pacientes Trans. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, 4(8), 12-22.
- da Luz, R. D., da Silva, S. C. A., Neri, K. L. S., de Figueiredo, E. B. L., Rufino, C. G., & de Farias, H. P. S. (2021). O Enfermeiro na Promoção da Construção do Gênero da População Transexual na Atenção Básica. *Epitaya E-books*, 1(9), 11-27.
- da Silva Santana, A. D., de Lima, M. S., da Silva Moura, J. W., Vanderley, I. C. S., & de Araújo, E. C. Dificuldades no acesso aos serviços de saúde por lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. *Revista de Enfermagem UFPE on line*, 14.
- da Silva, D. D., da Silva, F. A. B., Sobreira, M. V. S., de Andrade, A. L. F., Araújo, E. B., & de Araújo, A. F. (2018). Assistência de enfermagem na atenção básica a população homossexual da cidade de Caicó-RN.

- de Almeida, J. S. M., Martins, E. R. C., Costa, C. M. A., de Moraes, P. C., Ferreira, G. D. F., & Spindola, T. (2018). Cuidar de pessoas transexuais na ótica dos residentes de enfermagem [Care for transgender people from the nursing resident's perspective][Cuidar de personas transexuales en la óptica de los residentes de enfermería]. *Revista Enfermagem UERJ*, 26, 32030.
- de Carvalho Pereira, L. B., & Chazan, A. C. S. (2019). O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, 14(41), 1795-1795.
- de Sá, S. F., & de Barros, A. F. S. (2019). Saúde Lgbt Na Atenção Básica: Enfermeiros Frente Ao Cuidado Integral Desse Público Serratalhadense. *Revista Multidisciplinar do Sertão*, 1(2), 178-190.
- Depret, D., Neto, M., Acioli, S., Cabral, I. E., Caravaca-Morera, J., & Rafael, R. D. M. R. (2020). Acesso de travestis e mulheres transexuais a serviços de Atenção Primária à Saúde: revisão integrativa de literatura. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9 (10), e2149108595-e2149108595.
- Dolton, P., & Pathania, V. (2016). O aumento do acesso à atenção primária pode reduzir a demanda por atendimento de emergência? Evidências da abertura do GP de 7 dias da Inglaterra. *Journal of Health Economics*, 49, 193-208.
- Duarte, D. D., de Carvalho Queluci, G., Ferreira, H. C., & Chiszostimo, M. M. (2020). A perspectiva do enfermeiro no cuidado diante da pessoa trans. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 9 (4), e61942845-e61942845.
- Fernandes, M. C. L., da Silva, W., de Sousa Tolentino, T., Araújo, M. J. A., de Souza Joventino, M. L., & Silva, P. E. (2019). Conhecimento de profissionais de enfermagem acerca da assistência à saúde dos transexuais. *Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança*, 17(2), 34-44.
- Giovanella, L. (2018). Atenção básica ou atenção primária à saúde? *Cadernos de Saúde Pública*, 34.
- Identidade e Expressão de Gênero. (2017). Grupo Dignidade <https://grupodignidade.org.br/consultapublica/4-identidade-e-expressao-de-genero/>
- Jesus, J. G. D. (2012). Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos. *Brasília: Autor*, 1-30.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. D. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & contexto-enfermagem*, 17, 758-764.
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Annals of internal medicine*. *PLoS Med*, 6(7), e1000097.
- Monteiro, S., Brigeiro, M., & Barbosa, R. M. (2019). Saúde e direitos da população trans. *Cadernos de saude publica*, 35.
- Organização Pan-Americana De Saúde. (2005). Renovação da atenção primária nas Américas: Documento de posicionamento da Organização Pan-americana de Saúde.
- Popadiuk, G. S., Oliveira, D. C., & Signorelli, M. C. (2017). A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao processo transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22, 1509-1520.
- Programa Estadual de Incentivos para Atenção Primária à Saúde (PIAPS). (2022). Atenção Básica RS. Rio Grande do Sul <https://atencaobasica.saude.rs.gov.br/piaps>
- Psicologia e Diversidade sexual. (2011) Cadernos temáticos CRP. Conselho Regional de Psicologia SP https://www.crp.org/uploads/impresso/89/ix-PY27-0PBIELJ3QsiCZn8NRZ_HW_IK.pdf
- Ramos, A. L. B. M., de Oliveira Azevedo, N., de Oliveira, M. C. C., de Mendonça, G. J. M. G., Pecorelli, D. G., Tissiani, A. A., & Deininger, L. D. S. C. (2021). Abordagem dos profissionais de saúde frente à transexualidade no sistema único de saúde. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 13(11), e9121-e9121.
- Ramos, L. S., Almeida, M. G., Ramos, M. V. S., Machado, E. M. C., dos Santos, V. D. O., Contarini, M. R. F., & Valim, E. N. (2020). A humanização da atenção básica a saúde brasileira no atendimento de travestis e transsexuais: uma revisão narrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, (44), e2770-e2770.
- Reis, T. (2018). Manual de Comunicação LGBTI+. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 2517-2526.
- Rocon, P. C., Rodrigues, A., Zamboni, J., & Pedrini, M. D. (2016). Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21, 2517-2526.
- Rocon, P. C., Wandekoken, K. D., Barros, M. E. B. D., Duarte, M. J. O., & Sodr e, F. (2019). Acesso à saúde pela população trans no Brasil: nas entrelinhas da revisão integrativa. *Trabalho, educação e saúde*, 18.
- Rosa, D. F., Carvalho, M. V. D. F., Pereira, N. R., Rocha, N. T., Neves, V. R., & Rosa, A. D. S. (2019). Assistência de Enfermagem à população trans: gêneros na perspectiva da prática profissional. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 72, 299-306.
- Santos, J. S. D., Silva, R. N. D., & Ferreira, M. D. A. (2019). Saúde da população LGBTI+ na Atenção Primária à Saúde e Inserção da Enfermagem. *Escola Anna Nery*, 23.
- SMS/SP. Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SP). (2020). Coordenação da Atenção Primária à Saúde. Protocolo para o atendimento de pessoas transexuais e travestis no município de São Paulo https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/Protocolo_Saude_de_Transsexuais_e_Travestis_SMS_Sao_Paulo_3_de_Julho_2020.pdf